

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXVIII nº 1587 | 25/05/2023

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

INFRAESTRUTURA

SEM GARANTIA PARA ESCOAR A SAFRA 2023/24

Apesar da publicação do edital do lote 1, não há tempo hábil para recuperar as estradas do Paraná até a colheita de grãos da temporada de verão. Cenário preocupa produtores rurais e transportadoras



Aos leitores

Num primeiro momento, parece haver tempo para se planejar o escoamento da próxima safra estadual de grãos, em meados do verão de 2024. Ledo engano! Os sete meses até os caminhões carregados com soja e milho ganharem as estradas rumo ao litoral do Paraná são insuficientes para evitar os problemas enfrentados nos últimos tempos, como mostra a matéria de capa desta edição da revista **Boletim Informativo**.

Apesar de, finalmente, ter sido publicado o edital do lote 1, do trecho que liga Curitiba a Guarapuava, quase um ano e meio após o fim das concessões, a previsão é de estradas em condições precárias em janeiro de 2024. Isso porque a empresa vencedora do leilão deve assumir apenas nos últimos meses deste ano. E obras de duplicação, implantação de novas faixas e outras intervenções, segundo especialistas, só em 2026. Além disso, há outros cinco lotes que contemplam os demais trechos de rodovias do Anel de Integração, sem previsão de o edital ser lançado.

Resumindo a ópera: produtores rurais e demais elos da agropecuária paranaense já estão com o sinal de alerta aceso. Pois, sem a iniciativa privada no comando das estradas e com a falta de manutenção por parte dos órgãos públicos responsáveis, a previsão é, infelizmente, de transtornos e, consequentemente, prejuízos no escoamento da safra 2023/24. Agora é aguardar e torcer, para que nenhuma encosta deslize ou parte da pista afunde.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Lisiane Rocha Czech, Nery José Thome e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretor Financeiro: Paulo José Buso Júnior e Ivo Pierin Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Walter Ferreira Lima | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Rodolpho Luiz Werneck Botelho, Eduardo Medeiros Gomes e Gerson Magnoni Bortoli.

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** José Amauri Denck (Fetaep), Rosanne Curi Zarattini (Senar AC), Darci Piana (Fecomércio) e Nelson Costa (Ocepar) | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatto
Superintendente: Carlos Augusto Albuquerque.

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Aníbal
Projeto Gráfico e Diagramação: Fernando Santos, Helio Lacerda e William Goldbach
Colaboração: Aline Barboza e Mylena Caroline da Silva
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação quinzenal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1587:

Fernando Santos, William Goldbach, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

ESTRADAS EM ALERTA

Apesar do lançamento do edital de um dos lotes de rodovias, produtor ainda deve ter problemas para escoar a próxima safra de grãos

PÁG. 6

EDITAL PARA INSTRUTORES

SENAR-PR seleciona profissionais para ministrar curso de cultivo de mandioca nos municípios do Estado

Pág. 3

IMÓVEIS NA ÁREA DE FRONTEIRA

Regularização de registro imobiliário agora pode ser feito em cartórios do próprio município

Pág. 4

MUNICÍPIOS INORGANIZADOS

Cursos do SENAR-PR chegam até localidades que não são assistidas por sindicatos rurais por meio de parcerias

Pág. 12

SUCESSÃO SINDICAL

Sindicato de Nova Londrina foca no relacionamento com associações e na formação de novos líderes

Pág. 16

PISCICULTURA

Com auxílio da FAEP e do Sindicato de Palotina, produtor obteve licença para ampliar produção de tilápias

Pág. 22

APRENDIZADO

SENAR-PR busca instrutores para curso de cultivo de mandioca

Seleção envolve cinco fases, incluindo provas e capacitação técnica dos profissionais. Inscrições vão até 26 de junho

O SENAR-PR está com edital aberto para credenciamento de instrutores para o curso “Produtor na olericultura de raízes, bulbos e tubérculos: cultivo da mandioca de mesa”. Para participar, é necessário ter ensino médio ou superior que comprove por meio da grade curricular temas direta ou indiretamente relacionados à habilitação. Possuir experiência neste tipo de cultivo também será um diferencial durante a seleção. O prazo para inscrições vai até 26 de junho.

O credenciamento é restrito a pessoas jurídicas e os profissionais indicados devem ter vínculo empregatício com as empresas. As inscrições devem ser realizadas por envio de formulário preenchido e documentação específica, de acordo com o edital e anexos disponíveis em sistemafaep.org.br/editais-senarpr. O resultado da seleção está previsto para ser divulgado até 10 de dezembro.

O processo de credenciamento será realizado em cinco etapas eliminatórias, que incluem seleção de currículo, prova técnica classificatória (via EaD), prova pedagógica classificatória (via EaD), treinamento técnico presencial e, por fim, avaliação técnico-pedagógica. Candidatos aprovados nas fases anteriores que já passaram por formação pedagógica presencial em outros editais do SENAR-PR estarão aptos a atuar como instrutores, desde que a documentação da empresa esteja regularizada junto à entidade.

Somente poderão ser credenciadas empresas do ramo de prestação de serviços, como cursos, treinamentos, pales-

tras, entre outros. Está vedada a participação de Empresas individuais, microempreendedores individuais (MEI), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli) e cooperativas. A remuneração dos profissionais selecionados será feita à empresa contratada conforme carga-horária das ações ou atividades realizadas (número de horas/aula), de acordo com regras e valores definidos pelo SENAR-PR.

Curso

Os instrutores selecionados serão responsáveis por capacitar produtores e trabalhadores rurais a adotar práticas adequadas de plantio, manejo e colheita da mandioca de mesa, visando a obtenção de altos rendimentos e qualidade dos produtos. A carga horária do treinamento é de 16 horas e os instrutores poderão ser convocados para atuar em todos os municípios do Paraná, conforme demanda.

A programação de conteúdos aborda o panorama mundial, nacional e estadual da cultura da mandioca, diferenciação dos mercados, formação de preços das raízes, custo de produção, implantação da lavoura, componentes de produção da mandioca, preparo e conservação do solo, zoneamento da cultura e épocas de plantio, descrição das principais cultivares, seleção e armazenagem do material de plantio, calagem e adubação, população de plantas, plantio, manejo e tratos culturais e colheita e processamento.

Essa é a quantidade de municípios do Paraná sob legislação específica de áreas de fronteira, abrangendo cerca de 150 mil produtores rurais

Imóvel rural na faixa de fronteira pode ser regularizado no próprio município

Procedimento foi regulamentado no Código de Normas do Foro Extrajudicial para simplificar e acelerar trâmites nos cartórios de registro de imóveis

Produtores rurais com pendências na regularização de registro imobiliário em áreas de fronteira agora podem fazer o trâmite no cartório de registro de imóveis do seu município. Isso porque o procedimento de ratificação de registro imobiliário decorrente de alienações e concessões de terras devolutas na faixa de fronteira foi recentemente regulamentado no Código de Normas do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná.

A atualização garante o que está em determinação pela Lei 13.178/2015, que regulariza a situação de produtores rurais com áreas em faixas de fronteiras, ou seja, imóveis compreendidos em área máxima de até 150 quilômetros na divisa. Desde 1999, a FAEP vem trabalhando sistematicamente pela regularização dessas áreas.

“A FAEP sempre lutou para assegurar os direitos do produtor e teve papel fundamental na aprovação da legislação que dá segurança jurídica para que possam continuar trabalhando com tranquilidade”, destaca o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Apesar da legislação, produtores rurais com área superior a 15 módulos fiscais em faixa de fronteira ainda esbarravam em dificuldades para regularizar a situação de seus imóveis, em razão de uma série de entraves burocráticos e legais, que inviabilizavam o acesso aos documentos necessários para comprovar a propriedade.

De acordo com o presidente da Associação dos Registradores de Imóveis do Paraná (Aripa), Fernando Pupo Mendes, com a regulamentação no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), todos os cartórios do Estado já estão aptos a prestar esse serviço para os produtores rurais de forma simplificada.

“Todas as normas necessárias já foram editadas para que o produtor consiga ratificar esses títulos e, a partir de então, ter sua propriedade totalmente regularizada”, esclarece Mendes. Lembrando que esse procedimento é válido para os imóveis que se enquadram em áreas decorrente de alienações e concessões de terras devolutas na faixa de fronteira, com títulos originários emitidos pelos Estados.

“Não quer dizer que essas áreas não tenham títulos, mas que são títulos precários e que poderiam ser questionados. Agora, o produtor vai ter um título definitivo, que vai conferir segurança jurídica, permitindo o dispor da terra, negociação de financiamentos, entre outros serviços fundamentais”, afirma o deputado federal Sergio Souza, relator dos projetos que deram origem à Lei 13.178/2015 e, recentemente, à Lei 14.177/2021, que prorroga por dez anos o prazo para que proprietários de terras em faixa de fronteira obtenham os documentos exigidos para confirmar a propriedade em seu nome em cartórios de registros de imóveis.

Como fazer a regularização

Para áreas de até 15 módulos fiscais, a ratificação é automática. No caso de propriedades acima de 15 módulos fiscais, os produtores rurais terão que cumprir alguns requisitos. Segundo o presidente da Aripa, todo o processo pode ser feito de forma online, por meio da plataforma registradores.onr.org.br, com pagamento eletrônico em até 12 parcelas.

Para dar andamento ao processo, o cartório de registro de imóveis solicita sete documentos: requerimento de ratificação de registro imobiliário, cadeia dominial completa do imóvel até a titulação mais recente, Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), Declaração de Imposto de Territorial Rural (ITR), recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), laudo de localização geográfica do imóvel na faixa de fronteira e comprovação de inexistência de hipóteses que impedem a ratificação.

“É um procedimento simples. Uma vez ocorrendo os trâmites de acordo com o Código de Normas, a averbação é feita e a existência de eventual vício da nulidade fica sanado. A pessoa torna-se proprietária de pleno direito”, garante Mendes. Em caso de dúvidas, o produtor rural pode buscar orientações no próprio cartório de registro de imóveis ou no sindicato rural local.

Entenda a regulamentação

A Lei 13.178/2015 ratificou automaticamente os títulos de alienação ou concessão expedidos pelos Estados brasileiros tendo por objeto imóveis rurais em faixa de fronteira com até 15 módulos fiscais devidamente inscritos no Registro de Imóveis competente.

Para imóveis rurais com área superior a 15 módulos fiscais, a legislação previa que os produtores deveriam providenciar, até outubro de 2019, o certificado dos limites georreferenciados do terreno e a atualização do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Com a Lei 14.177/2021, além da ampliação do prazo para 2025, o cartório também ficou autorizado a fazer o registro do imóvel no nome do interessado se não houver pronunciamento dos órgãos públicos, como Incra e Funai, em até 180 dias. Agora, a regulamentação de ratificação no Código de Normas do Foro Extrajudicial criou normas para que o processo seja seguido pelos cartórios em todo o Paraná.

“O objetivo é dar mais segurança jurídica na regularização de terras em faixa de fronteira e a celeridade de que esse processo necessita. A FAEP sempre foi atenciosa e preocupada com esse tema de extrema importância para o produtor rural, principalmente nas regiões Oeste e Noroeste do Estado, onde existem áreas que se enquadram nessa situação”, observa o deputado federal Sergio Souza.

Histórico da faixa de fronteira no Paraná

A faixa de fronteira, por se tratar de uma região estratégica para a segurança nacional, está sob legislação que prevê regras específicas para a aquisição e transferência de imóveis. No passado, em alguns casos, as transferências feitas pelos Estados brasileiros envolveram imóveis de propriedade da União ou foram realizadas sem observar o procedimento legal vigente à época (como a prévia obtenção de autorização do Conselho de Defesa Nacional, anteriormente denominado Conselho de Segurança Nacional).

No caso do Paraná, que tem fronteira física com o Paraguai e a Argentina, 139 municípios estão sob legislação específica de áreas de fronteira, abrangendo cerca de 150 mil produtores rurais. A regularização do registro imobiliário garante a segurança jurídica da propriedade, confirmando a validade dos direitos adquiridos anteriormente, e possibilita o acesso a créditos e financiamentos, além de permitir a participação em programas de incentivo à produção agropecuária.

Sinal amarelo nas estradas, apesar do edital

Governo federal, enfim, anunciou o início da licitação do primeiro lote de rodovias do Paraná à iniciativa privada. Apesar disso, não deve haver tempo hábil para garantir condições para o escoamento da próxima safra



OUÇA O PODCAST
SOBRE O TEMA

• O episódio conta com a participação de Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, e Sérgio Malucelli, presidente do Sistema Fetranspar.



27

Essa foi a quantidade de dias, entre 15 de outubro e 30 de abril, em que ocorreram interdições totais na BR-277, no trecho entre Curitiba e Paranaguá

“Esperou-se vencer o prazo e essa inabilidade política nos custou caro. O Paraná viu o que ocorreu com as nossas estradas e os produtores sentiram no bolso o prejuízo”

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

No dia 12 de maio, o governo federal lançou o edital para a concessão do primeiro lote de rodovias do Paraná à iniciativa privada. Se o cronograma for seguido à risca, sem atrasos, a expectativa é de que a empresa vencedora do certame comece a operar no fim de 2023. Apesar do avanço sugerir um viés otimista para o longo prazo, o cenário ainda é preocupante para o curto e médio prazos. Ainda não há previsão quanto aos outros lotes. Desde o fim das concessões, em novembro de 2021, as estradas paranaenses estão sem manutenção, o que provocou incidentes que causaram transtornos e prejuízos no escoamento da safra 2022/23. Mesmo com a licitação do lote 1, é provável que não haja tempo hábil para garantir que esses episódios não se repitam na temporada 2023/24.

O lote 1 será licitado na modalidade leilão, a ser realizado em 25 de agosto, na Bolsa de Valores. A empresa vencedora administrará uma malha de 473 quilômetros e deverá investir R\$ 7,9 bilhões nos dois primeiros anos de contrato. Embora ainda não tenha tido edital lançado, o lote 2 também teve a modelagem de concessão definida e será o próximo a ir a leilão. Ou seja, não há garantias de que problemas como os registrados na BR-277, ocorridos no fim de 2022 e no início deste ano, não voltem a se repetir, prejudicando o escoamento da safra pelo Porto de Para-

naguá. As condições devem ser mais favoráveis somente a partir do terceiro ano de concessão, ou seja 2026, quando – considerando o cenário mais positivo – devem ser iniciadas obras de duplicação, implantação de novas faixas e outras intervenções.

“O setor produtivo está vigilante. Desde o fim das concessões, as nossas rodovias ficaram em estado de abandono. Incidentes que poderiam ter sido previstos, evitados ou minimizados afetaram o transporte da nossa safra de grãos. Tudo isso trouxe prejuízos aos produtores rurais. Queremos que esse cenário não se repita na próxima safra”, diz o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Consultor de logística do Sistema FAEP/SENAR-PR, Nilson Hanke Camargo aponta que a licitação dos lotes 1 e 2 (os mais adiantados) não deve trazer reflexos imediatos, a ponto de garantir que a safra 2023/24 transcorra sem incidentes. Ele lembra que não é raro que procedimentos licitatórios sejam contestados por empresas que não venceram o certame, o que pode atrasar ainda mais o início das concessões. Se houver recursos ou pedidos de impugnação do resultado, o processo de licitação pode se estender por meses. Na avaliação de Camargo, as condições das rodovias nos lotes 1 e 2 devem começar a se normalizar apenas entre o fim de 2024 e início de 2025 – em um cenário otimista.

“O setor produtivo está preocupado, porque não se trata de processos simples. Quando as antigas concessões venceram em novembro de 2021, as rodovias estavam em condições razoavelmente boas. Mas a malha ficou, desde então, se deteriorando. Quem assumir, vai precisar fazer uma série de obras de recuperação. Não são coisas que se fazem do dia para a noite. Na melhor das hipóteses, são obras que levam um semestre”, observa Hanke Camargo.

Até em razão disso, a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar) se posicionou contra a realização da licitação dos dois primeiros lotes em datas diferentes. Com o lote 2 – justamente o que contempla a descida a Paranaguá – sendo licitado três semanas depois do lote 1, se perderá um tempo precioso, atrasando ainda mais um cronograma que já é delicado. O presidente do Sistema Fetranspar, coronel Sérgio Malucelli, defendeu a antecipação da licitação do lote 2 para o dia 25 de agosto.

“O ideal é que se fizesse a licitação dos dois lotes no mesmo dia. Nós já esperamos um ano e meio e não podemos ter mais atrasos. Com esses transtornos, os prejuízos se acumulam. Se atrasar, teremos mais problemas na próxima safra, como tivemos na temporada atual”, relembra Malucelli.

Outros lotes

A preocupação vai além. A licitação dos outros quatro lotes de rodovias ainda não tem data marcada. Os modelos de concessão desses trechos estão em análise na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para posterior aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU). Com isso, os principais polos produtivos de grãos, principalmente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, continuarão a enfrentar estradas deterioradas ao longo da próxima temporada (2024/25). Ainda que tivéssemos um panorama surpreendentemente perfeito nos trechos do lote 1 e 2 – entre Guarapuava e o Porto de Paranaguá –, os produtores encontrariam condições inadequadas até chegar a esse corredor.

“Chegar a Guarapuava vai continuar sendo um problema. Não adianta termos [licitados à iniciativa privada] apenas os lotes 1 e 2. Precisamos de todo o conjunto. Precisamos que o produtor de Foz do Iguaçu, por exemplo, consiga transportar sua safra a Paranaguá. Precisamos de toda a malha em condições ideais”, pontua Camargo. “Mas, particularmente, acredito que ainda vai demorar dois anos para que a gente sinta algum benefício”, complementa.



Nova concessão

A malha rodoviária a ser licitada à iniciativa privada soma 3,3 mil quilômetros – 65% dos quais correspondem a rodovias federais e 35% a estradas estaduais. A concessão deve ter validade de 30 anos, prorrogáveis por mais cinco. O conjunto de rodovias, está dividido em seis lotes (veja o infográfico acima), com perspectiva de investimentos que devem chegar a R\$ 50 bilhões.

O lote 1 contempla os contornos Norte e Sul, de Curitiba; as ligações entre municípios da Região Metropolitana de Curitiba; e a ligação entre a capital e Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná; entre outros trechos. A concessionária vencedora deverá investir em obras de duplicação e implantação de faixas adicionais. Em contrapartida, o edital prevê a operação de cinco praças de pedágio nesse conjunto.

Já o lote 2 corresponde, principalmente, à ligação entre Curitiba e o Porto de Paranaguá, via BR-277 e rodovias adjacentes. Também estão inclusos outros trechos, no Norte Pioneiro. O edital prevê implantação de faixas adicionais, correção de traçados e trechos de duplicação. A concessionária poderá explorar sete praças de pedágio e terá que investir R\$ 10,7 bilhões.

R\$ 133

Esse é o valor do frete por tonelada saindo de Cascavel para Paranaguá em 2023. Nos últimos quatro anos, a média não passou dos R\$ 100

“Trechos que eram feitos em menos de duas horas passaram a ser feitos em mais de seis horas. O consumo de diesel teve aumento médio de 17% para as transportadoras”

Sérgio Malucelli, presidente do Sistema Fetranspar

BR-277 registrou 27 dias de interdição total na safra de verão

A degradação das rodovias paranaenses começou a ficar evidenciada na madrugada de 15 de outubro de 2022, quando as encostas da BR-277 deslizaram sobre a pista, na altura do Km 42, provocando a interdição total da rodovia. Em razão disso, o trecho ficou bloqueado por três dias. Somente a partir do fim da tarde de 17 de outubro é que se liberou uma faixa para o tráfego. Os transtornos, no entanto, continuaram – com relatos de transportadores que chegaram a demorar sete horas para descer a Serra do Mar, em um trecho que, normalmente, é feito em uma hora e meia. As obras de contenção na encosta só terminaram em abril deste ano. Ao longo desse período, condutores conviveram com filas e atrasos de horas.

Ainda em dezembro de 2022, a FAEP contratou um estudo geológico, elaborado pelo geólogo Elbio Pellenz, especialista em Geologia da Engenharia e que integrou o Serviço Geológico do Paraná (Minerpar), que apontou o deslizamento na BR-277 como evitável ou com impactos minimizados se houvesse um serviço de monitoramento geológico, análise dos riscos e planejamento na rodovia. Esses trabalhos tinham sido interrompidos com o fim da concessão da malha rodoviária do Paraná.

Em 7 de março deste ano, a BR-277 registrou um incidente significativo: diagnosticou-se que o pavimento da pista estava afundando, na altura do Km 33,5. Inicialmente, a rodovia ficou totalmente interditada por dois dias. Posteriormente, o bloqueio passou a ser parcial. Até hoje, há obras no ponto, o que provoca lentidão no fluxo de veículos.

“Nesses episódios, trechos que eram feitos em menos de duas horas passaram a ser feitos em mais de seis horas. O consumo de diesel teve aumento médio de 17% para as transportadoras. Isso sem falar nos gastos extras com diárias de motoristas”, aponta o presidente do Sistema Fetranspar, coronel Sérgio Malucelli. “Ainda hoje, se você descer a Paranaguá, é pelo menos 50 minutos de atraso por trecho”, acrescenta.

Um levantamento feito pela FAEP a partir dos informes de interdição da Polícia Rodoviária Federal (PRF) apontou que, entre 15 de outubro a 30 de abril, houve interdições totais em 27 dias distintos na BR-277, no trecho entre Curitiba e Paranaguá. Os bloqueios tiveram durações variadas. Não estão consideradas as interdições parciais, como as adotadas para que fossem feitas obras na pista após incidentes, que provocaram filas e lentidão na rodovia ao longo de meses.



Na BR-277, deslizamento no Km 42 criou transtorno de meses no escoamento da safra de grãos

Estudo da Esalq estima R\$ 448 mi de prejuízo por causa da lentidão na BR-277

Um estudo contratado pela FAEP e a Fetranspar junto à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), no mês de abril, trouxe mais dados sobre o prejuízo que os incidentes causaram. Um dos reflexos imediatos foi o aumento do custo do frete. Segundo a avaliação, o custo do transporte das regiões produtivas a Paranaguá chegou a ficar 30% mais caro. Um dos exemplos citados no estudo é o de Cascavel, cujo preço médio do frete chegou a R\$ 133 por tonelada. Nos últimos quatro anos, esse custo não chegou a R\$ 100. Os autores destacam que os incidentes registrados na BR-277 não foram os únicos fatores para o aumento do preço do frete, mas apontam que o setor de transportes “tende a precificar ineficiências operacionais das rotas”.

“Ainda para o ano de 2023, as cotações semanais do frete permanecem em um patamar bastante elevado em relação ao histórico do último ano”, consta do estudo, assinado pelos economistas Thiago Guilherme Péra e Fernando Vinicius da Rocha, da Esalq-USP. “Os fluxos originados em Toledo, Ponta Grossa e Guarapuava, importantes regiões produtoras de grãos do Estado, também iniciam o ano com recorde nas cotações de fretes para Paranaguá. Preços mais elevados para o serviço de transporte afetam a rentabilidade do setor produtivo, especialmente em um contexto em que os custos de produção já estão elevados”, aponta o documento.

O estudo também estimou o impacto que os períodos de interdição causaram no preço do transporte, de acordo com diferentes distâncias. Em uma rota de 200 quilômetros, por exemplo, o custo do transporte aumentou 6,5% se o veículo teve que ficar parado por 1,5 hora, em razão de interdições ou atrasos na viagem. Se o tempo de bloqueio for de 12 horas, o custo disparou 52,4%. Se a paralisação se estendeu por um dia, o gasto com frete chegou a dobrar. No caso de um deslocamento de 600 quilômetros, o custo do transporte ficou quase 50% maior, em paralisações de 24 horas (veja o infográfico na página 11).

A Esalq/Log também estimou o impacto econômico causado por interdições ou lentidões na BR-277 em diferentes períodos. Em um cenário de bloqueios ou atrasos médios de 1,5 hora por dia ao longo de seis meses, o prejuízo causado foi de R\$ 147,2 milhões. Se os atrasos se arrastaram por uma média de 4,5 horas por dia, o aumento do custo foi de R\$ 448,5 milhões. Há também estimativas levando em consideração períodos de bloqueios ao longo de três e de nove meses (veja o infográfico na página 11).

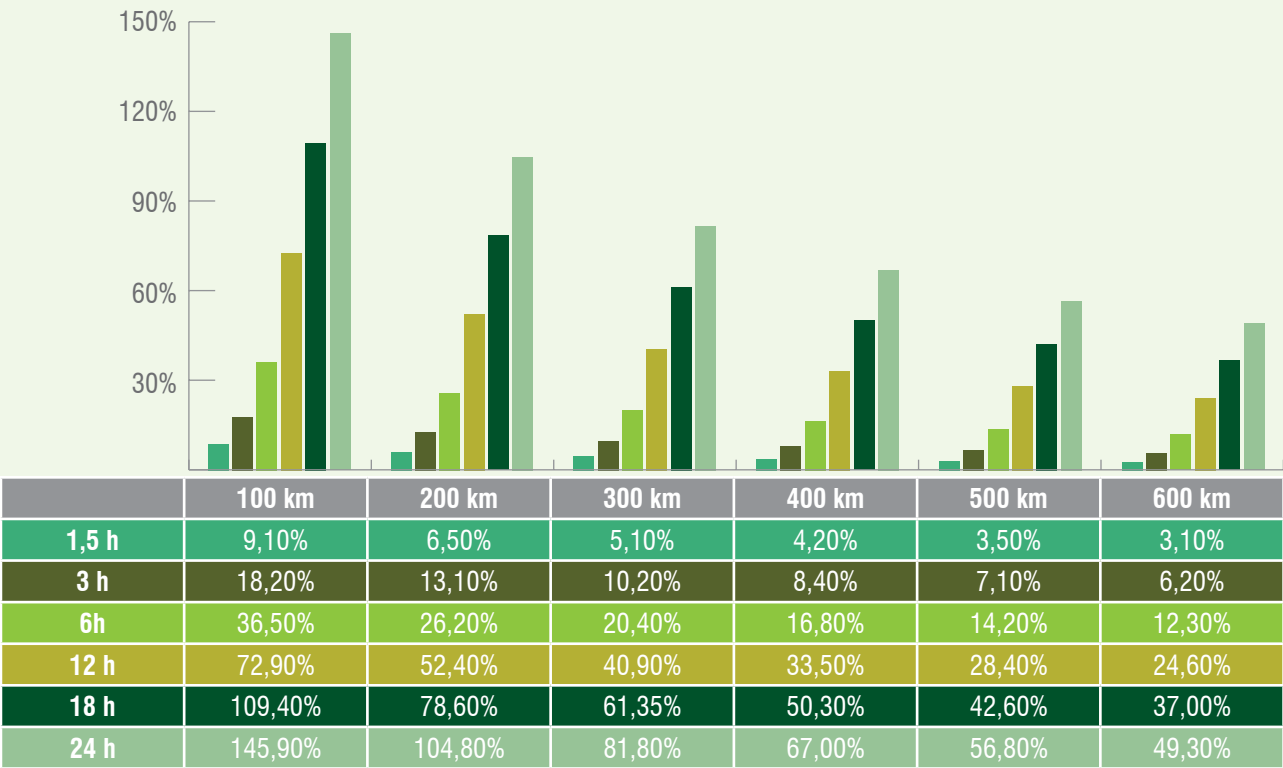
Confira o estudo completo em sistemafaep.org.br ou apontando a câmera do seu celular para QR Code ao lado.



ACESSE
O ESTUDO
COMPLETO

Impacto relativo

Estimativa de quanto o custo de transporte aumentou por tempo de lentidão ou de bloqueio, em função da rota percorrida



Impacto financeiro em função do tempo médio de paralisação diária na BR-277				
Período com problema	1,5h	3h	4,5h	6h
3 meses	R\$ 79,3 milhões	R\$ 155,7 milhões	R\$ 229,2 milhões	R\$ 299,9 milhões
6 meses	R\$ 147,2 milhões	R\$ 296,7 milhões	R\$ 448,5 milhões	R\$ 602,6 milhões
9 meses	R\$ 207,3 milhões	R\$ 490,3 milhões	R\$ 849,1 milhões	R\$ 1,2 bilhão

Fonte: Esalq/Log

FAEP cobrou agilidade nas concessões

Não foi por falta de aviso. Desde 2016, em conjunto com outras entidades, a FAEP vinha alertando o governo do Paraná que era necessário agir preventivamente e antecipar a nova licitação das rodovias – já que a concessão que estava em vigor venceria em novembro de 2021. Adiante, a Federação defendeu que fossem prorrogados emergencialmente os contratos com as concessionárias, enquanto se realizava a nova licitação. Todas essas medidas teriam como objetivo que a malha rodoviária não ficasse sem manutenção. Mas nada foi feito e os incidentes acabaram ocorrendo, como em uma tragédia anunciada.

“Há décadas se sabia que as concessões terminariam em novembro de 2021. Esperou-se vencer o prazo e essa inabilidade política nos custou caro. O Paraná viu o que ocorreu

com as nossas estradas e os produtores sentiram no bolso o prejuízo”, observa o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

A FAEP continuou participando ativamente do debate. A entidade contribuiu com a elaboração de um documento com propostas para o novo modelo de concessão, entregue ao governo federal pela Frente Parlamentar do Pedágio do Paraná, formada por deputados paranaenses. Entre os itens defendidos pela Federação, estão a garantia de pedágios com menor tarifa, realização de obras conforme o cronograma e a criação de conselhos para o acompanhamento da execução dos contratos.

“A concessão das estradas é um tema que diz respeito a todos os paranaenses, sobretudo ao setor produtivo. Precisamos de agilidade e transparência. Nós continuaremos exercendo nosso papel institucional de cobrar e fiscalizar”, concluiu Meneguette.

SENAR-PR leva cursos até para cidades sem sindicato rural

Municípios inorganizados – que não são assistidos por estrutura sindical – também podem formalizar parcerias e receber capacitações. Convênio com Adrianópolis serve de exemplo



Os sindicatos rurais são a principal porta de entrada para os cursos do SENAR-PR em centenas de municípios do Paraná. As entidades mobilizam turmas e viabilizam a realização das capacitações, de acordo com a demanda e a vocação das localidades. O SENAR-PR, no entanto, vai além: o catálogo de cursos está disponível até para municípios classificados como inorganizados – que não têm ou não estão no raio de ação de um sindicato rural. Assim, produtores e trabalhadores rurais de qualquer lugar do Paraná podem ter acesso às capacitações.

Para isso, basta que o município faça um pedido formal, por meio de ofício. Segundo a diretora-técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR, Débora Grimm, se o curso solicitado já estiver no

catálogo da entidade, o pedido vai direto para o supervisor da região para que a demanda seja atendida. Mas o SENAR-PR também acolhe solicitações mesmo quando as capacitações não estão no portfólio. Nestes casos, a entidade contrata especialistas, para desenvolver um treinamento sob demanda.

“Nosso objetivo é sempre atender ao produtor rural, seja pelo sindicato rural, órgãos parceiros ou municípios. Quando o município solicita cursos, podemos avaliar estes pedidos e até renovar nosso catálogo, caso essas demandas comecem a se repetir” aponta Débora. “Por se tratar de interesse do município, o pedido deve vir do prefeito ou de um secretário municipal”, destaca a diretora-técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Adrianópolis

Um dos casos mais recentes ocorreu em novembro do ano passado, quando, a pedido da prefeitura de Adrianópolis, o SENAR-PR levou um curso e uma palestra sobre produção de cachaça e de derivados de cana-de-açúcar ao município da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Na ocasião, a entidade assinou um acordo de parceria com o município, que não tem sindicato rural nem é atendido como extensão de base. O contrato formaliza a relação entre o SENAR-PR e a prefeitura, para que mais cursos sejam realizados a produtores locais.

O contrato estabelece as responsabilidades de cada parte. À prefeitura, cabe, por exemplo, viabilizar o local onde os cursos serão realizados e arcar com despesas de alimentação e transporte – se for o caso – dos alunos. O SENAR-PR, por sua vez, garante a execução técnica das capacitações, fornecendo instrutores e materiais didáticos. Tudo isso torna mais fácil o planejamento e a organização do município e da entidade para a realização dos cursos.

“Nós já vínhamos atendendo Adrianópolis, mas de forma pontual. Quando eles queriam algum curso, enviavam ofício pedindo e o SENAR-PR atendia. Essa parceria firmada fortalece e formaliza a relação, tornando o processo fácil”, diz o supervisor da Regional Curitiba do SENAR-PR, Alexandre Marra.

Engenheiro agrônomo do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná) que atua em Adrianópolis, Celso Lima, destaca que o SENAR-PR já vem trabalhando no município há dez anos, proporcionando o desenvolvimento do setor agropecuário e a promoção social da localidade por meio dos cursos. Na área profissional, Lima menciona cursos de ovinocultura, de pastagens e de cultivos florestais. No setor social, títulos envolvendo artesanato.

“O SENAR-PR tem um papel importante, treinando os agricultores e pecuaristas do nosso município. Temos desde

fazendas de pinus à agricultura orgânica, que têm produtores e trabalhadores atendidos. Os cursos também nos ajudam a desenvolver cadeias, como a criação de ovinos”, destaca Lima.

Agora, os produtores de Adrianópolis estão de olho na fabricação de cachaça. O município produz cerca de 90% da cana-de-açúcar que abastece a RMC e espera agregar valor, com produtos que garantam mais renda. Além da palestra e do curso ministrados no fim do ano passado, já tem uma nova capacitação agendada para 2023. Outra atividade a ser explorada a partir de cursos do SENAR-PR é o turismo rural.

“O município tem vocação para produção de cachaça. Queremos aproveitar e melhorar o que já temos de melhor. Os cursos têm ajudado bastante, permitido novas ideias aos nossos produtores, no sentido de ver coisas que podem trabalhar melhor”, aponta Lima.

Outros municípios

Adrianópolis é o primeiro município inorganizado a firmar parceria com o SENAR-PR, mas não é o único atendido pela entidade. Ao longo de seus quase 30 anos de atuação, a entidade vem atendendo de forma pontual, conforme a demanda, a municípios que não têm sindicatos rurais ou extensão de base. Na RMC, por exemplo, o SENAR-PR também levou capacitações, recentemente, a Fazenda Rio Grande e Mandrituba; no Litoral, Guaratuba foi atendido com cursos de drones e aplicação de agroquímicos; no Norte Pioneiro, produtores de Jaboti frequentaram capacitação na área de produção artesanal de alimentos.

“Esses são apenas alguns exemplos. Também temos atendido a muitos municípios inorganizados com cursos de fora do catálogo, contratando especialistas para desenvolver capacitações e atender a demanda. O importante é que os produtores sejam atendidos”, destaca Débora.



Turma do curso de produção de cachaça e de derivados de cana-de-açúcar realizada em Adrianópolis

A MEIA FURADA DO PRESIDENTE

Peça de vestimenta rasgada usada por Fernando Henrique Cardoso, em 1995, até hoje é citada em debates sobre os limites da manipulação de imagens na imprensa



No dia 14 de agosto de 1995, FHC participava de um encontro com o seu vice-presidente, Marco Maciel. O fot-jornalista Juca Varela acompanhava a cerimônia e flagrou, em um dos seus cliques, FHC de pernas cruzadas com uma meia social furada na altura da canela. No dia seguinte, a imagem estampava a capa dos principais jornais e levou a sociedade brasileira a uma discussão bem-humorada.

O primeiro ponto polêmico da “meia furada” ocorreu já nas capas de jornais do dia seguinte. Na Folha de São Paulo, a primeira página do dia 15 de agosto de 1995 estampou: “Na pior: em encontro com Marco Maciel, de manhã, no Planalto, FHC é fotografado com a meia esquerda furada. ‘Mostra que estou na pior’, disse a jornalista. À tarde, o presidente anunciou que havia trocado de meia”.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi presidente do Brasil por dois mandatos: de 1995 a 2003. Ele ficou marcado na história, principalmente, por ser considerado o “pai” do Plano Real, que proporcionou maior estabilidade à economia

brasileira após décadas de luta contra a hiperinflação. Mas também merece destaque um fato que envolve uma meia furada. O episódio rendeu boas risadas e foi parar no famoso programa de TV da época, “Casseta & Planeta Urgente!”.

Algumas publicações, no entanto, foram por um caminho diferente. Usando os recursos de edição de imagem disponíveis da época, encobriram o defeito da meia. O fato gerou discussões sobre os limites éticos da manipulação de imagens, que reverberam até hoje nas faculdades de jornalismo. O caso é citado de forma frequente para embasar debates sobre a edição no fotojornalismo.

Para além dos bancos acadêmicos, a meia furada do presidente teve uma ampla repercussão na mídia, por se tratar da era da comunicação de massa. Além das piadas generalizadas em programas de rádio e televisão, no dia 19 de agosto de 1995, a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria que contava sobre o fato de FHC estar recebendo dezenas de pares de meia de presente. “Tá rendendo bem”, disse Fernando Henrique à reportagem do jornal.

O texto também contava que o episódio motivou que o presidente fizesse uma limpa no armário do Palácio da Alvorada. “Ontem, sua assessoria informou que estão chegando várias cartas ao Palácio do Planalto com meias dentro.

FHC fez uma limpeza no armário do Palácio da Alvorada e tirou seis outros pares com furos para dar lugar aos novos”, publicou a *Folha*.

Ao que tudo indica, a meia furada também rendeu uma pequena rusga com a primeira-dama, Ruth Cardoso (1930 – 2008). Ela se sentou no famoso sofá de Hebe Camargo para uma entrevista. Na conversa, a esposa disse que FHC não pedia conselhos a ela. Traduzindo os costumes da época, para “ajudar” a socióloga Ruth em seu “papel” doméstico, Hebe deu de presente a Ruth um ovo para cerzir (remendar pequenos furos) meias e um kit de costura. “Fui educada à moda antiga, eu sei cerzir”, respondeu a primeira-dama.

O fato mais inusitado, porém, ocorreu com as próprias meias que FHC recebeu de presente de cidadãos brasileiros. A legislação proibia qualquer servidor, inclusive o presidente, de ganhar presentes. Como solução, o presidente determinou que as meias fossem incorporadas ao patrimônio do Palácio da Alvorada. Com isso, ao menos enquanto duraram as meias recebidas de presente, FHC cumpria suas agendas presidenciais usando um patrimônio do Alvorada nos pés.

em encontro com Marco Maciel, de manhã, no Planalto,

FHC é fotografado com a meia esquerda furada.

“Mostra que estou na pior”



Sindicato Rural de Nova Londrina foca na sucessão

Bom relacionamento com os produtores e incentivo à liderança são ações da entidade para o fortalecimento da representatividade na região



Há 38 anos, o Sindicato Rural de Nova Londrina está presente no cotidiano dos agricultores e pecuaristas da região Noroeste do Paraná. Porém, desde o fim da contribuição sindical obrigatória, em 2017, a entidade precisou reformular a maneira de conduzir o trabalho para manter os 55 associados e trazer novos. Com a criação do Programa de Sustentabilidade Sindical (PSS) em 2018, pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, o Sindicato Rural de Nova Londrina encontrou apoio para concentrar seus esforços em ações que beneficiem os produtores e garantam a continuidade do sistema sindical na região.

“A FAEP dá assistência em tudo o que precisamos. Nosso objetivo é mostrar o valor e a atuação do sindicato, destacando os benefícios que traz para o produtor rural. Os cursos ajudam nesse sentido, porque trazem pessoas para dentro do sindicato e muitas acabam fazendo essa divulgação do nosso trabalho”, afirma **Antonio Pires**, presidente da entidade.

Além de trazer novos associados, a entidade trabalha a sucessão na diretoria. Para isso, a atual gestão (no segundo man-

dato) está focada em aumentar o número de mulheres e jovens que participam do dia a dia do sindicato. Hoje, dos 55 associados, a maioria ainda é de homens, mas, segundo a entidade, o número de novas associadas aumentou no ano passado.

“Colocamos uma mulher na diretoria. No próximo mandato, queremos que pelo menos metade da diretoria seja formada por mulheres”, almeja Marcos Massahiro Onishi, tesoureiro da entidade. “Nós também estamos tentando trazer pessoas mais jovens, com entusiasmo e ideias novas. Temos que acompanhar a evolução, avançar nas tecnologias e nos transformar também, porque tem muita coisa nova que vem para ajudar”, complementa.

Segundo Onishi, os resultados costumam ser de médio a longo prazos, então é preciso paciência e persistência. “Nós aprendemos desde a nossa primeira gestão. Existe produtores que ainda são resistentes, e precisamos estar cientes disso para conseguir encontrar novos caminhos para trazê-los para o sindicato”, sinaliza.

Fontes de renda

A maior parte da renda da entidade provém da oferta de cursos do SENAR-PR, que possuem alta demanda na região, principalmente por causa das usinas de cana-de-açúcar. As capacitações mais demandadas são nas áreas de maquinário, bovinocultura, piscicultura, fruticultura e gestão rural. A Prefeitura de Nova Londrina também é parceira, disponibilizando locais para os treinamentos e viabilizando novas turmas.

Atualmente, o sindicato possui duas salas para realização dos cursos e que também ficam disponíveis para locação. Além disso, há um dormitório no andar superior para hospedagem, que pode ser alugado por um preço mais acessível. O local é disponibilizado principalmente para instrutores dos cursos, mas pode ser locado por qualquer pessoa.

“Nós investimos em uma reforma completa, com ajuda da FAEP, pensando principalmente nos instrutores, porque a maioria vem de fora. É um dormitório equipado com geladeira, fogão e utensílios domésticos. Também oferecemos café de manhã no sindicato nos dias de semana. É um ambiente mais acolhedor que um quarto de hotel para eles e mais uma fonte de renda para o sindicato”, aponta Tatiane Zampieri Gonçalves, colaboradora da entidade e mobilizadora do SENAR-PR.

Para reduzir custos, o Sindicato Rural de Nova Londrina ainda investiu R\$ 24 mil na instalação de 14 painéis solares, no final de 2022, para geração de energia elétrica. Com isso, a conta de luz do sindicato caiu de R\$ 1,2 mil para R\$ 40 no primeiro trimestre de 2023.

14 painéis solares

Foram instalados no final de 2022, reduzindo a conta de R\$ 1,2 mil para R\$ 40 no primeiro trimestre de 2023



Atuação

Para divulgar o trabalho e incentivar o engajamento dos produtores rurais, o sindicato aposta nas redes sociais. Além de Facebook e Instagram, a entidade mantém grupos no aplicativo WhatsApp para contato direto com os associados, turmas de cursos e, ainda, agricultores e pecuaristas que ainda não são associados, mas demonstram interesse nas ações da entidade.

“É um grupo que consideramos como futuros associados. Estamos sempre mandando informações, convidamos para os eventos, pois sabemos que eles têm potencial para se associar”, explica Rosemara Santos de Brito, colaboradora do sindicato.

O sindicato ainda mantém prestação de serviços, como Imposto Territorial Rural (ITR), Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR), folha de pagamento, contratos, entre outros. Além disso, há parcerias com benefícios para os associados para assistência familiar, instalação de painéis solares, emissão de certificados digitais e cursos universitários em uma faculdade da região.

Sindicato auxiliou na instalação da Patrulha Rural na região

A segurança no campo é um dos pontos de atuação do Sindicato Rural de Nova Londrina. Com apoio da entidade, foi estruturada uma Patrulha Rural que abrange oito municípios da região, em função do aumento nos casos de roubo de gado.

Para participar, é preciso fazer um cadastro no sindicato, que repassa as informações para a Polícia Militar do Paraná (PMPR). Na sequência, a PMPR vai até a propriedade rural para fazer a marcação da localização por GPS. Neste cadastro, também são listados todos os bens do produtor.

Essas informações ficam disponíveis em um sistema para consulta, dando mais celeridade ao levantamento de dados básicos para uma ação rápida como resposta às ocorrências. O produtor também pode solicitar uma placa com aviso de área monitorada para colocar na propriedade.



▶ Da esquerda para a direita: Rosemara Santos de Brito, Antonio Pires, Marcos Massahiro Onishi e Tatiane Zampieri Gonçalves

Curso de Liderança Rural ajuda a atrair novos associados

Um dos caminhos para despertar o espírito colaborativo dos produtores no Sindicato Rural de Nova Londrina tem sido o curso de Liderança Rural, que faz parte das iniciativas do PSS. A capacitação ajuda a fortalecer os líderes rurais por meio da ampliação das competências pessoais e interpessoais, capazes de sustentar o exercício da liderança de maneira eficaz.

A produtora de leite Josiana Sampaio Ribeiro, de Cintra Pimentel, distrito de Nova Londrina, é fruto dessa capacitação. “Eu sempre fiz cursos do SENAR-PR no sindicato. Mas só fui entender o que é realmente o trabalho e a importância do sistema sindical no curso de Liderança Rural. Agora estou passando esse conhecimento para frente”, conta a produtora, que se associou recentemente ao sindicato.

Na avaliação do presidente, Antonio Pires, pessoas como Josiana dão força ao movimento de trazer novos associados. “São pessoas que entendem a importância do sistema sindical e trabalham para o bem comum”, salienta Pires. “O produtor tem que entender o funcionamento para despertar essa consciência da importância do sistema sindical para representatividade, para ter voz, para melhorar a renda da propriedade”, conclui Onishi, tesoureiro da entidade.

“Nosso objetivo é mostrar o valor e a atuação do sindicato, destacando os benefícios que traz para o produtor rural”

Antonio Pires, presidente do Sindicato Rural de Nova Londrina



CONFIRA O VÍDEO DA MATÉRIA

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o **QR Code**, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br



NOTAS



Formaturas do programa AAJ

Nos dias 11 e 12 de maio, ocorreram as formaturas de quatro turmas, duas em Jussara e duas em Nova Londrina, do Programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ), desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. Os 60 formandos finalizaram o curso “Mecânico de veículos automotores – Aprendizagem em mecânica e manutenção de tratores”, em parceria com a empresa Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. No evento, os alunos puderam realizar apresentações de seus projetos que transcenderam o conhecimento da sala de aula. A técnica do Departamento Técnico (Detec) Márcia Salles e a consultora Regiane Hornung acompanharam as formaturas.



Falecimento de Domingos Vela

O Sistema FAEP/SENAR-PR lamenta o falecimento, no dia 14 de maio, do produtor rural Domingos Vela, que se destacou como importante líder agropecuário da região Noroeste do Paraná. Vela foi presidente do Sindicato Rural de Cianorte por nove anos (entre 2012 e 2021) e, posteriormente, homenageado como presidente emérito da entidade pelos seus serviços prestados ao setor.



Investimentos das cooperativas

No dia 16 de maio, o superintendente da Ocepar, Robson Mafioletti, e o superintendente da Fecoopar, Nelson Costa, estiveram na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, para uma reunião com o presidente da entidade, Ágide Meneguette. Na ocasião, Mafioletti e Costa repassaram informações sobre os investimentos realizados pelas cooperativas e que vão contribuir para o desenvolvimento da economia estadual.



Reunião Paranaense de Ciência do Solo

Entre 16 e 18 de maio, no município de Dois Vizinhos, a diretora técnica Débora Grimm e o técnico Bruno Vizioli, ambos do Sistema FAEP/SENAR-PR, participaram da 8ª edição da Reunião Paranaense de Ciência do Solo. O evento deste ano teve como tema “A conservação de solos e água no Paraná – avanços, retrocessos e usos”, reunindo os melhores profissionais da área de solos. Para o Sistema FAEP/SENAR-PR, a conservação de solos é a chave para o desenvolvimento da agricultura estadual. Ao longo dos três dias também foram apresentados resultados de pesquisa científica, que tiveram apoio da entidade, por meio da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada (Rede AgroParaná).



Visita de cortesia

No dia 16 de maio, os empresários Marcelo Almeida e Guilherme de Vasconcellos estiveram na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, para uma visita ao presidente da entidade, Ágide Meneguette.



Posse da nova diretoria de Ivaiporã

O Sindicato Rural de Ivaiporã tem nova diretoria. No dia 19 de maio, Marcos Antônio Esquiçato assumiu a presidência no lugar de Lourival de Goes, que esteve no cargo nos últimos nove anos. Esquiçato será responsável pelo comando da entidade até maio de 2026. O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, participou do evento de posse dos integrantes da nova diretoria.

Representante no CAP de Antonina

O coordenador do Departamento Técnico e Econômico (DTE) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Jeffrey Kleine Albers, assumiu, no dia 18 de maio, como representante suplente no Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Antonina. Albers foi indicado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).



Parceria com a AMP

No dia 24 de maio, o presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e prefeito de Santa Cecília do Pavão, Edimar dos Santos, esteve com o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, para alinhar a participação das escolas municipais no Agrinho 2023. Na reunião também estavam o deputado estadual Luiz Claudio Romanelli; o superintendente do SENAR-PR, Carlos Augusto Albuquerque; a diretora de ESG da entidade, Fabiana Campos; a gerente técnica, Jéssica D'angelo; e a coordenadora do Programa Agrinho, Patrícia Torres.



Ibiporã



Nova Cantu

Novas comissões de mulheres

As 55ª e 56ª comissões de mulheres estão formadas! No dia 17 de maio, cerca de 50 mulheres de Ibiporã estiveram reunidas no sindicato rural local para oficializar a criação do grupo. A coordenadora regional será Alaide Alevato. Na ocasião, estiveram presentes a vice-prefeita, Mari de Sá, e a secretária da agricultura, Roberta Rossato. No dia 23 do mesmo mês, ocorreu a criação da Comissão de Mulheres de Nova Cantu, com 25 integrantes e cinco coordenadoras. O presidente do sindicato rural local, Ademir Borgio, esteve presente na reunião.

Parceria em gestão de risco

Representantes da agência de cooperação Brasil-Alemanha GIZ, do Programa Euroclima, do Departamento de Gestão de Risco do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e da empresa Picssel, que atua na área de tecnologia e seguros, estiveram, no dia 12 de maio, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, onde se reuniram com técnicos da entidade. O objetivo foi conhecer detalhes das iniciativas do sistema nas áreas de gestão de risco, inclusão de mulheres e orientação na área de meio ambiente. Estiveram presentes Jovino Pulquério, diretor do Departamento de Gestão de Riscos do Mapa; Luís Augusto Crisóstomo, coordenador Operacional de Seguro Rural do Mapa; Guilherme Assolari, coordenador de Monitoramento e Inovação do Mapa; Isabela Resende Sardinha, da GIZ; Carla Navarro, coordenadora de projetos da GIZ e do Programa Euroclima no Brasil; Gilson Martins, Marco Mayer e Jonathan Novak, todos do programa Mais Gestão, Menos Risco; Vitor Ozaki, CEO da empresa Picssel; Daniel Miquelluti e Elise Antunes, também da Picssel. O Sistema FAEP/SENAR-PR é um dos apoiadores do projeto Mais Gestão, Menos Risco, voltado à capacitação de pequenos agricultores e financiado pelo Euroclima.



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 30/04/2023

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	337,95	-	-	9,04	-	-	-	346,99
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	58.791.092,73	-	2.341.952,64	-	65.430.478,43
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	6.048.861,99	-	200.997,48	-	18.381.790,33
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	5.836.142,96	-	-	-	9.660.677,59
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	223.325,53	-	-	-	300.648,31
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	21.819,51	-	-	-	27.658,12
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	281.460,52	-	-	-	365.468,43
Pgto. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-		77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio de Animais*	-	-	141.031,00	-	-		-	141.031,00
TOTAL	20.744.519,95	4.624.105,00	141.031,00	71.341.393,37	542.225,27	2.683.981,12	77.567,43	94.089.500,75
SALDO LÍQUIDO TOTAL								94.089.500,75

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Piscicultor obtém licença ambiental com ajuda do sistema sindical

Produtor de Sertaneja passou 14 anos aguardando a documentação, emitida graças ao intermédio do sindicato rural

O piscicultor **Nelcindo Lazzarotto**, de Sertaneja, na região Norte do Paraná, estava havia 14 anos na fila de espera pelo licenciamento ambiental. O projeto estava pronto e encaminhado, mas o produtor sempre esbarrava em burocracias que acabavam adiando o processo. Até que, em um curso do SENAR-PR, Lazzarotto comentou com o instrutor, que também é integrante da Comissão Técnica (CT) de Aquicultura da FAEP, sobre as dificuldades que estava enfrentando com seu projeto. A partir daí, após contato com a CT e o Sindicato Rural de Palotina, o produtor finalmente conseguiu o documento.

“Em 2021, com ajuda do sindicato rural, tudo começou a caminhar e a licença saiu no ano passado. A demora estava dificultando muita coisa, inclusive geração de emprego e de renda para o nosso município. Sem o documento, a gente também não consegue financiamento”, conta Lazzarotto.

O projeto contempla a expansão da produção de tilápias, que vai saltar de 250 mil para 400 mil toneladas por ano. Segundo o produtor, o investimento só estava sendo adiado por falta da documentação. Agora, com tudo em mãos, o projeto pôde sair do papel – e os planos até cresceram. “Com a inauguração do frigorífico da Coopermota, em Cornélio Procopio, a intenção é aumentar a produção em pelo menos 50%”, adianta.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Palotina e da CT de Aquicultura, Edmilson Zabott, a atuação do Sistema FAEP/SENAR-PR é fundamental para



dar agilidade aos trâmites e ajudar produtores como Lazzarotto a receberem a autorização que buscavam.

“Foi graças à FAEP que começamos a criar uma abertura e estabelecer um diálogo com o IAT [Instituto Água e Terra]. A Comissão de Aquicultura ganhou um grau maior de responsabili-

de e representatividade, junto com os sindicatos rurais e a FAEP, encorpando esse trabalho que já vínhamos fazendo”, elenca Zabott. “Nós passamos a mostrar a realidade ao IAT, fazendo com que eles entendessem que não queremos trabalhar na ilegalidade, mas tínhamos dificuldades”, complementa.

O dirigente destaca a importância do sistema sindical nesse processo, que ajudou a estabelecer um trabalho de base para o setor avançar e atender as demandas dos produtores rurais. “Sozinhos não vamos a lugar nenhum. Um fator determinante nesse processo é o que sindicato representa. O sistema sindical é forte e tem condições de resolver os problemas, desde que haja participação do associado em todos os sentidos”, salienta.

Uso racional da água

Além do licenciamento ambiental, Lazzarotto destaca um projeto que regulamenta o uso dos recursos hídricos da região, aprovado graças à atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (CBH Paranapanema), do qual o produtor faz parte. A partir disso, os reservatórios passam a ter regras para suas operações, estabelecendo faixas e diretrizes que propiciam manter o equilíbrio do uso da água.

“As usinas hidrelétricas vão ter uma norma de utilização com um percentual máximo definido, ou seja, não vão poder esgotar a represa quando o clima não ajudar. Isso aconteceu há uns dois anos, o que prejudicou muito a oxigenação e circulação de água. Todos os usuários da represa, principalmente irrigantes e piscicultores, estavam sofrendo. A aprovação desse projeto é uma conquista muito importante”, afirma Lazzarotto.



Cartilha “Meio Ambiente em Tópicos”

O Sistema FAEP/SENAR-PR, em parceria com o Instituto Água e Terra (IAT), desenvolveu uma cartilha com perguntas e respostas sobre questões ambientais. O material reúne informações sobre aspectos como outorga da água, Cadastro Ambiental Rural (CAR), Programa de Regularização Ambiental (PRA) e energias renováveis.

Para conferir o material, basta acessar o site sistemafaep.org.br e clicar na seção “Notícias”, “Serviços” e “Ao Produtor” ou aponte a câmera do celular para o QR Code acima.



Estímulo à armazenagem

Há dez anos, o déficit da capacidade de armazenagem preocupava o setor agropecuário. No Paraná, os silos e armazéns tinham capacidade para estocar dois terços da safra – de modo que um terço da produção ficava desprotegido. Por conta disso, a FAEP apresentou ao governo do Paraná um estudo de viabilidade econômica e financeira sobre a implantação de estruturas de armazenagens em pequenas e médias propriedades. O tema foi capa da edição 1233 do **Boletim Informativo**, em setembro de 2013.

O estudo se focou em propriedades com produção entre 3 mil e 5 mil sacas por safra. Para isso, analisou a viabilidade da implantação de três modelos de silos: com capacidades para armazenar 1,8 mil sacas, 3,2 mil sacas e 5,1 mil sacas. O documento apontou que, ao recorrer a sistemas de recepção de terceiros, o produtor gastava o equivalente a 5,45% do valor recebido por saca de soja e 11,65% no caso do milho.

O gargalo da armazenagem continua sendo uma preocupação da FAEP. Nas propostas para o Plano Safra 2023/24, enviado ao Ministério da Agricultura e Pecuária pela Federação e outras entidades, foram solicitados R\$ 9 bilhões em recursos para o Plano de Construção de Armazéns (PCA), dos quais R\$ 6 bilhões seriam investidos em projetos para pequenos e médios produtores.



BITURUNA

BÁSICO EM MANDIOCA

Um grupo de 12 participantes recebeu treinamento do instrutor Frederico Leoneo Mahnic, entre 30 e 31 de janeiro.



CAMPO MOURÃO

CASQUEAMENTO DE BOVINOS DE LEITE

Em turma finalizada em 4 de março, o instrutor Luiz Grossi treinou 14 participantes.



MARUMBI

BÁSICO EM MANDIOCA

Tendo o Sindicato Rural de Jandaia do Sul, prefeitura e Cras de Marumbi como parceiros, este curso foi realizado entre 19 e 20 de abril, pela instrutora Renata Andrade de Sá, para oito participantes.



QUARTO CENTENÁRIO

FLORICULTURA

Entre 13 e 15 de março, na extensão de base do Sindicato Rural de Goioerê, foi realizado curso para 13 participantes pela instrutora Heloisa Cristina Torqueti Gavioli.



CASCADEL

BRIGADA DE INCÊNDIO

Por meio de parceria realizada com a Globoaves, o instrutor Anderson Nogueira dos Santos capacitou 11 participantes, entre 13 e 17 de março.



CASCADEL

MANEJO DE NOVILHAS LEITEIRAS

O instrutor Euler Marcio Guerios repassou seu conhecimento a 11 participantes, entre os dias 21 e 23 de março. O curso foi ofertado em parceria com o Centro FAG.



RONCADOR

CASQUEAMENTO DE BOVINOS DE LEITE

O curso com o instrutor Luiz Grossi foi viabilizado em uma parceria do Sindicato Rural de Campo Mourão e prefeitura de Roncador, entre 28 de fevereiro e 2 de março, com 14 participantes.



SÃO JOÃO

COLHEDORA AXIAL

Nove participantes foram capacitados pelo instrutor Adelar Cagnini, de 17 a 21 de março.



FAROL

TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO

Conduzido pelo instrutor Luciane Lousano, em parceria do Sindicato Rural de Campo Mourão, prefeitura e Cras de Farol, 15 participantes realizaram a capacitação entre 24 e 27 de fevereiro.



MANDAGUAÇU

BÁSICO EM MANDIOCA

O curso com o instrutor Frederico Leoneo Mahnic foi realizado, nos dias 8 e 9 de fevereiro, com 11 participantes.



SÃO JOÃO

TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO

Em turma finalizada em 27 de janeiro, a instrutora Vandressa Michele Mackievicz treinou 12 participantes.

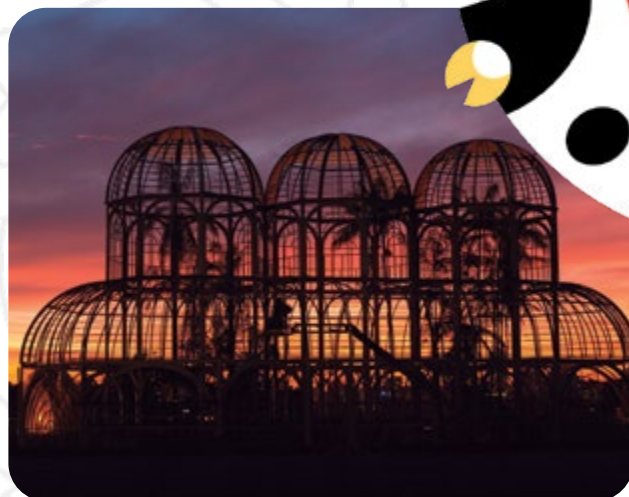


TEIXEIRA SOARES

COMUNICAÇÃO

Conduzido pela instrutora Maria Elaine Simão Machado com 10 participantes, o curso foi realizado entre 20 e 28 de março.

VIA RÁPIDA



Pôr do sol curitibano

Você sabe por que o pôr do sol de Curitiba tem uma cor característica? A Cidade Industrial é localizada na zona Oeste, afastada do centro por causa da poluição. Decorrente disso, o sol poente se aproveita dos gases poluentes e ganha uma cor roxa/alaranjada, única no Estado.

Vacas não descem escadas

Vacas são capazes de subir escadas, mas não conseguem descer. Isso acontece devido à distribuição de peso, o posicionamento dos quadris e como os joelhos se dobram.



Halloween irlandês

Muitas pessoas pensam no Halloween (31 de outubro) como uma tradição norte-americana. Mas a celebração tem origem na Irlanda, há mais de mil anos. Essa era a data que os antigos povos celtas acreditavam ser o início de um novo ciclo e que, nessa época, os espíritos falecidos visitariam o mundo mortal. Então, eles se fantasiavam, usavam enfeites assustadores e acendiam fogueiras para afastar os maus espíritos.



Santo ou São?

São Pedro ou Santo Pedro? O padrão é usarmos “santo” antes de nomes começados por **vogal** ou por **H**, como por exemplo Santo Antônio. O “são” é usado antes dos nomes que iniciam por uma **consoante**, como São Paulo.

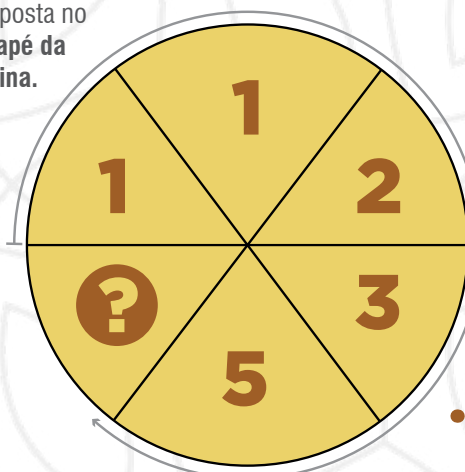


A queda

Uma maçã cai da árvore e se esborracha no chão. Todas as outras maçãs começam a rir. Irritada, a maçã que caiu no chão olha para cima e diz: - Estão rindo do quê, suas imaturas?

Qual o número que falta?

Resposta no rodapé da página.



“Mais um que morde a poeira”

Lembra da famosa música *Another One Bites the Dust*, da banda Queen? Originalmente a canção foi escrita para Michael Jackson tocar. Mas, ele presenteou Freddie Mercury para que a usasse em seu novo álbum, pois Jackson era um grande fã do Queen. Ou seja, se tornou uma das músicas mais famosas da banda graças ao rei do pop.



FOTO DO CLIMA

Quer ver sua foto do clima publicada no Boletim? É fácil! Basta entrar na seção **Clima**, do site sistemafaep.org.br ou pelo **app** do Sistema FAEP/SENAR-PR.



Foto: Sidnei Cruz de Souza - Tomazina, PR

Conheça o curso
do **SENAR-PR**:

MANEJO DE DOENÇAS - SOJA

Por que fazer?

Desenvolve habilidades no reconhecimento das doenças da soja e as medidas corretas de controle. Por meio do reconhecimento das patologias, é possível racionalizar o volume de fungicidas e nematicidas aplicados na cultura durante o ciclo produtivo, buscando alternativas sustentáveis de controle.



Fique de olho

A soja é a cultura mais relevante da agricultura brasileira. Assim, para melhorar o cultivo, é preciso identificar as doenças causadas por fungos, bactérias, vírus e nematoides, os estádios fenológicos da planta de soja e as medidas de controle.



Outras capacitações

- Manejo de plantas daninhas em sistema de plantio direto;
- Manejo do solo em propriedades rurais.



Saiba mais ▼



SISTEMA FAEP



Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não Procurado |
| ☐ Endereço Insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____

Responsável

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

